



Quem usa trabalho escravo pode ficar sem crédito rural

Medida que proíbe acesso a subvenções econômicas para produtores e cooperativas rurais condenados judicialmente por manterem trabalhadores em situação análoga à de escravo foi aprovada ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

A punição para condenados por manter trabalho escravo está prevista em substitutivo do senador Dário Berger a projeto de Eduardo Amorim, cujo texto original impedia o acesso a crédito subsidiado já a partir da autuação do fiscal do trabalho. O relator alterou a proposta para determinar que a proibição seja aplicada somente após

condenação do empregador em sentença penal transitada em julgado. Dessa forma, o texto, segundo o relator, mantém o rigor no combate ao trabalho escravo e assegura o direito de ampla defesa, com pena condicionada à comprovação do crime na Justiça. O projeto ainda vai passar por um turno suplementar de votação antes de ser encaminhado à análise da Câmara. **5**

Passam em comissão diplomatas para Senegal e Suíça **7**

No Piauí, senadores e sindicatos criticam terceirização **4**

Proposta facilita negociação de dívida de agricultores **5**



Tânia Régis/ABr

Presença da substância é comum em alimentos como as bebidas diet

Produtos com fenilalanina deverão ter aviso no rótulo

O Plenário aprovou ontem substitutivo a projeto da Câmara que torna obrigatória a divulgação da existência de fenilalanina nas embalagens dos produtos que usam a substância, como refrigerantes e alimentos diet. A intenção da proposta é proteger con-

sumidores com intolerância ao composto. No substitutivo do Senado, foram incluídas emendas que determinam que o registro seja amparado em tabela de referência elaborada pela Anvisa. Por causa da alteração, a proposta volta para a análise da Câmara. **3**



O senador Capiberibe fala no debate, observado pela vereadora Heloísa Helena

Entidade afirma que aborto causará prejuízo à Previdência

A legalização do aborto dividiu opiniões numa audiência pública ontem. Uma entidade contrária à legalização disse que, com

menos nascimentos, haveria menos pessoas contribuindo com a Previdência, comprometendo o pagamento de aposentados. **8**

Aprovados em Plenário cinco acordos internacionais

Os entendimentos firmados pelo Brasil com a Sérvia, a Polônia, o Suriname, o Uruguai e a União das Nações Sul-Americanas (Unasul) passaram pela Comissão de Relações Exteriores e foram confirmados em Plenário. Tratam de áreas como defesa, saúde, educação e telecomunicações. Já analisados pela Câmara, serão agora promulgados. **7**

Debatedoras buscam proteger crianças da violência familiar

Especialistas avaliaram em audiência pública que a Lei Maria da Penha, apesar de essencial ao país, ainda é limitada para evitar abusos con-

tra as mulheres e, mais ainda, contra os filhos pequenos. O debate foi promovido pelas Procuradorias da Mulher do Senado e da Câmara. **6**



Pietro Franco/Agência Senado

Violência pode criar ciclo repetido pelas crianças na fase adulta, aponta debate



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Ao lado dos senadores Ataídes Oliveira e Vanessa Grazziotin, Maurício Taveira (E) alega desconhecimento sobre a previsão

Depoimento de ex-conselheiros desagrada CPI

Maurício Taveira e Antônio Lisboa, investigados pela Polícia Federal por terem aprovado redução de débito fiscal da Mitsubishi de R\$ 266 milhões para menos de R\$ 1 milhão, disseram não saber como o resultado havia sido previsto em e-mail um dia antes. **4**

Avança projeto que incentiva cultivo de árvores florestais **5**

Comissão rejeita exigência sobre uso de agrotóxico **3**

TV Senado estreia hoje transmissão para Roraima **2**

MP do Futebol é sancionada com 36 vetos da Presidência

Regime especial de tributação para entidades desportivas foi um dos itens vetados. Lei possibilita refinanciamento de dívidas de clubes em até 240 vezes e cria contrapartida de responsabilidade fiscal

A PRESIDENTE DA República, Dilma Rousseff, sancionou na quarta-feira a Lei 13.155/2015, que promove o refinanciamento das dívidas dos clubes com o governo federal com contrapartidas de responsabilidade fiscal, incluindo o chamado *fair play* (jogo limpo) financeiro, que prevê o rebaixamento para divisões inferiores de inadimplentes. A norma, que está publicada em edição extra do *Diário Oficial da União*, tem origem na Medida Provisória 671, conhecida como MP do Futebol, aprovada pelo Congresso em julho.

A medida recebeu 36 vetos, entre parágrafos, incisos e artigos completos, como as isenções de imposto sobre a renda do prêmio da Timemania e da Loteria Instantânea Exclusiva (Lotex), criada com a nova lei. Dilma também vetou a criação de loteria por cota fixa, uma espécie de aposta sobre os resultados dos esportes:

“A criação de loteria por cota fixa exigiria uma regulamentação mais abrangente, de modo a garantir maior segurança jurídica e econômica à modalidade, níveis adequados de controle de fraude e evasão de divisas”, justifica a presidente na mensagem ao Congresso.

Outra mudança em relação ao texto aprovado pela Câmara e pelo Senado é a retirada do artigo que obrigava os clubes com faturamento anual maior que R\$ 5,4 milhões a zerarem o déficit financeiro até 2021. Mas a redução gradual está mantida. Os clubes devem se comprometer a reduzir o déficit para 10% da receita anual a partir de 2017 e 5% a partir de

2019. A correção das dívidas será vinculada à taxa Selic.

Dilma também vetou um parágrafo que permitia aos clubes reduzir os custos de rescisão contratual com os atletas. A cláusula compensatória determina que a multa mínima de rescisão contratual por parte do clube é de 100% do salário a que teria direito o atleta até o fim do contrato. O texto aprovado no Congresso alterava a rescisão para 50%.

“O tratamento do tema dos contratos de trabalho dos jogadores profissionais de forma isolada poderia trazer prejuízos aos clubes e, principalmente, aos próprios atletas”, alega a presidente.

Entre outros pontos, foi vetada ainda a aplicação de regime especial de tributação às entidades de prática desportiva. Os seis artigos descartados estipulavam obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas dos clubes de futebol.

Parcelamento

Conforme a lei, que já está em vigor, os clubes que aderirem ao Programa de Moder-

nização do Futebol Brasileiro (Profut) poderão parcelar as dívidas em até 240 vezes, de no mínimo R\$ 3 mil, contando com redução de 70% das multas, de 40% dos juros e de 100% dos encargos legais. A norma também garante que o FGTS devido aos jogadores poderá ser parcelado em 180 meses.

Em contrapartida, as agremiações não poderão mais antecipar receitas, como os direitos de televisão, previstas para depois do término da gestão vigente (exceto um limite de 30% para reduzir a dívida), e deverão limitar os gastos com folha de pagamento de atletas a 80% dos rendimentos.

Os clubes terão de modificar estatutos, de modo a prever a possibilidade de afastamento e inelegibilidade dos dirigentes que praticarem gestão temerária. As exigências incluem ainda o pagamento em dia de salários e direitos de imagem, a limitação do mandato presidencial (quatro anos e uma reeleição), a regularidade das obrigações trabalhistas e tributárias, a manutenção de conselho fiscal autônomo.



Deputado Otavio Leite e senador Sérgio Petecão na comissão que avaliou a MP

Pantanal ganha prioridade no Fundo do Meio Ambiente

Depois de tramitar por 24 anos, foi sancionado o projeto que estende ao Pantanal mato-grossense a prioridade na aplicação de recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), já garantida à Amazônia Legal. A Lei 13.156/2015 foi publicada em edição extra do *Diário Oficial da União* na quarta-feira.

O PLS 225/1991, do ex-senador Márcio Lacerda, foi aprovado pelo Senado e enviado em fevereiro de 1992 à Câmara, onde foi aprovado em caráter conclusivo pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) em 2001. No entanto, só neste ano, com a rejeição de um recurso para votação em Ple-

nário, a matéria foi enviada à sanção presidencial.

O FNMA, instituído em 1989 pela Lei 7.797, trata do desenvolvimento de projetos para o uso racional e sustentável de recursos naturais. A seleção de projetos é feita por conselho deliberativo composto por 17 representantes de governo e da sociedade civil.

Pecuária intensiva e produção orgânica serão incentivadas

A presidente Dilma Rousseff sancionou na terça-feira a Lei 13.158/2015, que prevê a concessão de incentivos e de crédito a proprietários rurais que promovam a pecuária intensiva e a produção orgânica.

A política agrícola foi proposta pelo ex-senador João Tenório no PLS 474/2007, aprovado pelo Senado em 2008 e pela Câmara em junho deste ano.

A nova lei favorece a substituição da pecuária extensiva, que exige grandes áreas, pela

intensiva; e o desenvolvimento do sistema orgânico na agropecuária. Além de crédito, o poder público pode oferecer incentivos na forma de programas de infraestrutura rural, serviços de assistência, mudas e apoio técnico-educativo.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Senador por quatro mandatos, Simon tornou-se referência ética no Congresso

Programa lembra atuação de Simon na transição democrática

A TV Senado apresenta neste fim de semana mais um programa da série *Histórias Contadas*, reunindo os melhores momentos de duas grandes entrevistas com o ex-senador Pedro Simon. Por quatro mandatos, Simon representou o Rio Grande do Sul no Senado, pelo PMDB.

Um dos principais articuladores da resistência democrática ao regime militar, ele foi protagonista dos arranjos institucionais que resultaram na eleição de Tancredo Neves à Presidência da República.

Nas entrevistas, Simon fala sobre os bastidores e os personagens que participaram da construção da chamada Nova República: Tancredo, Ulysses Guimarães, José Sarney, Fernando Henrique

Cardoso e Itamar Franco.

Considerado referência moral e ética do Parlamento, o ex-senador analisa, com sua crítica afiada, o papel dos partidos no exercício do poder e as razões que, no seu entender, levaram ao descrédito que a classe política desfruta perante a sociedade.

A série *Histórias Contadas* apresenta a biografia, a trajetória e o testemunho privilegiado de personagens que estiveram à frente dos fatos mais marcantes da política brasileira nas últimas décadas.

Como assistir
TV Senado:
Amanhã às 21h30 e domingo às 17h
Internet: www.senado.leg.br/tv

TV Senado estará no ar em Roraima hoje, pelo canal 57

A partir da assinatura de protocolo de intenções entre o Senado Federal e a Assembleia Legislativa de Roraima, ocorrida em julho de 2012, entra no ar hoje, em Boa Vista, a TV Senado.

A solenidade oficial de instalação do canal ocorreu ontem no Plenário da assembleia, com a presença dos deputados, representantes de instituições parceiras e do Senado.

A proposta do novo canal de comunicação, para o

presidente da assembleia, deputado Jalser Renier, é aproximar a população do trabalho do Poder Legislativo:

— O cotidiano da sociedade, as demandas de saúde, segurança, educação e cultura, serão foco de matérias, documentários e entrevistas veiculadas pelo canal 57.

O sinal deve alcançar os municípios de Mucajaí, Cantá, Alto Alegre e parte de Bonfim. É intenção da assembleia expandir o alcance a todo o estado em alguns anos.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h A sessão é não deliberativa, para pronunciamentos dos senadores.

CDH Audiência em São Luís

14h A comissão discute terceirização na Assembleia Legislativa do Maranhão.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Volta à Câmara projeto sobre aviso de fenilalanina em rótulos de alimentos

Substitutivo aprovado pelo Senado define registro, nas embalagens, da substância usada em refrigerantes e produtos dietéticos, entre outros

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem, em turno suplementar, substitutivo a projeto da Câmara dos Deputados (PLC 107/2008) que torna obrigatória a divulgação da existência de fenilalanina — aminoácido encontrado, por exemplo, no aspartame — nos rótulos de produtos que a usam, como refrigerantes, medicamentos, alimentos e produtos dietéticos. Como foi alterada pelo Senado, a proposta será reexaminada pela Câmara.

O substitutivo aprovado agregou duas emendas de Plenário, ambas de Humberto Costa (PT-PE). A preocupação do senador foi amparar o registro nas embalagens sobre a presença e a quantidade de fenilalanina em uma tabela de referência elaborada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

“É recomendado que a quantidade de fenilalanina seja remetida a uma fonte oficial, de forma a não causar problemas ao consumidor com intolerância a tal substância”, justifica Humberto.

Em relação ao aspartame, já há portaria do Ministério da Saúde e norma da Anvisa que estabelecem a advertência, nas embalagens de alimentos,



Proteger o consumidor com intolerância à fenilalanina é o objetivo do projeto, que ganhou emendas de Humberto Costa

sobre a adição da substância.

Apresentado pelo deputado Júlio Delgado (PSB-MG), o PLC 107/2008 alterava o Decreto-Lei 986/1969, que institui normas básicas sobre alimentos, e a Lei 6.360/1976, sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos medicamentos, drogas ou insumos farmacêuticos, cosméticos, saneantes e outros produtos.

Após ser aprovado pela Câmara, o texto passou pela análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que aprovou o substitutivo ainda em 2009. As emendas de Humberto foram apresentadas em 2011

e incorporadas no reexame da matéria pela CAS. Só agora o substitutivo foi votado em turno suplementar em Plenário.

Discussão de PECs

Na ordem do dia de ontem, foi feito acerto para contar o prazo de discussão de duas propostas de emenda à Constituição (PEC). A PEC 78/2013 prorroga até 2028 o prazo para que a União aplique um percentual mínimo de recursos para irrigação em projetos nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste. A PEC 98/2015 reserva percentual mínimo de vagas a cada gênero no

preenchimento das cadeiras na Câmara dos Deputados, assembleias legislativas e câmaras municipais. Nas três próximas legislaturas, o percentual seria de 10% na primeira legislatura, 12% na segunda e 16% na terceira.

A PEC 78/2013 integra a lista de propostas escolhidas pela Comissão Especial de Aperfeiçoamento do Pacto Federativo e estava na segunda sessão de discussão em segundo turno. Já a PEC 98/2015 foi apresentada pela Comissão de Reforma Política e estava na quarta sessão de discussão em primeiro turno.

Rejeitado detalhamento sobre uso de agrotóxicos

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem projeto que reforça normas do Código de Defesa do Consumidor (CDC), mas rejeitou a inclusão de artigo exigindo o detalhamento de informações sobre agrotóxicos usados na produção de hortaliças, frutas, carnes, ovos, leite e mel.

O PLS 175/2015, de Davi Alcolumbre (DEM-AP), sugere a inclusão de artigo no CDC para determinar que os consumidores sejam informados

sobre os nomes técnicos de agrotóxicos, a data de aplicação e os intervalos de carência recomendados.

Com isso, o senador pretendia evitar “o emprego abusivo de insumos agropecuários” e a contaminação de alimentos por agrotóxicos, antibióticos e medicamentos veterinários.

Para justificar a rejeição à inclusão do artigo no CDC, o relator na CRA, Lasier Martins (PDT-RS), apontou dificuldade para implantar a medida, devido à existência

de “mais de 5 milhões de estabelecimentos agropecuários, dispersos pelo Brasil e, em sua maioria, produzindo mais de um produto”.

Lasier entende que o país não dispõe de sistema de coleta de dados para atender ao artigo sugerido. A implantação de tal proposta, disse, teria custo elevado, que seria repassado aos consumidores.

— É bom assinalar que os casos eventualmente constatados de contaminação de alimentos por resíduos de

agrotóxicos ou medicamentos veterinários ensejam, sobretudo, ações mais efetivas de fiscalização sanitária — frisou.

No relatório aprovado, Lasier manteve outras medidas, como a determinação de fornecimento, pela indústria ou empresa importadora, de peças de reposição por até dez anos após o fim da fabricação ou importação de bem.

O PLS 175/2015 segue para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Ação questiona votação de contas presidenciais

A presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), entrou ontem com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o ato da Câmara de votar no Plenário as prestações de contas dos presidentes da República.

A ação pede que seja suspensa a aprovação do requerimento de urgência para a votação, no Plenário, de quatro projetos de decreto legislativo referentes às contas governamentais dos

ex-presidentes Itamar Franco (1992), Fernando Henrique Cardoso (2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2006 e 2008).

Os projetos foram aprovados ontem. O requerimento de urgência havia sido aprovado na terça. O projeto com as contas de Itamar foi promulgado, pois já passou pelo crivo do Senado. Os demais serão analisados agora pelos senadores.

Rose argumenta que a análise das contas presidenciais é, segundo a Constituição, prerro-

gativa exclusiva do Plenário do Congresso (sessão conjunta de deputados e senadores), e não das duas Casas separadamente, como tem sido a praxe.

A votação separada nas duas Casas se baseia no Regimento Comum do Congresso, que prevê tramitação dupla em projetos elaborados por comissões mistas, como é o caso dos projetos com as contas presidenciais. O regimento é de 1970, anterior à Constituição.

(Da Agência Câmara)



Rose de Freitas, que entrou com ação no STF contra decisão da Câmara

Ana Amélia pede cuidado com a “pauta-bomba”

Ana Amélia (PP-RS) disse que o Senado precisa agir com cautela na avaliação da “pauta-bomba”, que inclui projetos que elevam as despesas do governo. A aprovação, segundo ela, pode piorar a situação “já delicada do país”. A senadora reafirmou independência em relação ao governo federal, mas garantiu estar disposta a ajudar na superação da crise.

Para ela, o apelo feito pelo vice-presidente da República, Michel Temer, para que “todos se dediquem a resolver os problemas do país” e os pedidos do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, para evitar projetos que elevem os gastos públicos são sinais evidentes da crise.

— Não adianta fustigar ou tentar agravar ainda mais a situação em que nós estamos. Quanto mais cautela tivermos, melhor será para o país — afirmou.

A senadora se disse especialmente preocupada com o Rio Grande do Sul, onde os servidores estaduais terão os salários parcelados:

— A crise pode se espalhar pelo território brasileiro — advertiu.

Blairo: Senado tem que ser responsável diante da crise

Blairo Maggi (PR-MT) conclamou o Senado a ter responsabilidade para dar ao país condições de



enfrentar os problemas que ainda virão devido à crise.

O senador disse ontem que o Senado deve contradizer o que a Câmara está fazendo, como a aprovação, na terça-feira, de reajuste de salários da Advocacia-Geral da União. Após reconhecer a baixa popularidade da presidente da República, Blairo afirmou que os senadores precisam levar tranquilidade aos brasileiros e ao mercado, garantindo que não pactuarão com o que está fazendo a Câmara, advertiu o senador.

— Se querem tocar fogo, vão colocar lá no tapete verde [a Câmara]. Mas nós temos que ser os bombeiros, porque se vai mal o país, vamos mal todos, empresários e trabalhadores. E é fato que, quanto mais fraco o Executivo, mais forte estará o Legislativo. Mas o Legislativo não pode usar deste momento do governo para destruir o país. Tem que ter responsabilidade.

Depoimentos de ex-conselheiros do Carf não convencem membros da CPI

Deponentes ouvidos ontem participaram do julgamento que reduziu drasticamente débito da empresa Mitsubishi com a Receita Federal

A CPI DO Carf, que investiga denúncias de irregularidades no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, tomou ontem os depoimentos de Maurício Taveira e Antônio Lisboa. Ambos são ex-conselheiros do órgão, ligado ao Ministério da Fazenda, e participaram, entre outros, do julgamento que levou a desconto na autuação da Mitsubishi, reduzindo débito fiscal superior a R\$ 266 milhões para menos de R\$ 1 milhão.

Durante os depoimentos, feitos em momentos separados, José Pimentel (PT-CE) leu e-mail do ex-presidente do Carf José Ricardo da Silva a interlocutores em que, um dia antes, já informava que o caso da Mitsubishi seria favorável à empresa, num placar de 4 a 2.

Tanto Taveira quanto Lisboa disseram “não ter nenhum conhecimento” sobre o porquê de o resultado ter sido previsto. A suspeita investigada pela CPI é que o e-mail fez parte de uma estratégia de achaque à Ford para que aderisse a um esquema de propinas a conselheiros do órgão, uma vez que a empresa também havia sofrido uma autuação milionária da Receita Federal.

Taveira e Lisboa votaram a favor da Mitsubishi e, assim como José Ricardo, são investigados na CPI e na Operação Zelotes, da Polícia Federal.

Wilder Moraes (DEM-GO) disse acreditar que a Mitsubishi foi vítima de achaque e acabou cedendo.



Investigados pela Polícia Federal, Taveira (E) e Lisboa (D) falam na reunião coordenada pelos senadores Ataídes e Vanessa

— É uma empresa muito importante para meu estado, onde a fábrica gera mais de 4 mil empregos — disse.

A fábrica da empresa em Goiás foi o principal argumento usado pelos ex-conselheiros para que a autuação da empresa fosse drasticamente reduzida. Segundo eles, o correto é que a Mitsubishi fosse beneficiada de um regime especial de tributação referente à realização de investimentos produtivos nas Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

Relatora da comissão, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse estranhar que a multinacional, apesar de ter “competente e numerosa” assessoria jurídica, tenha, no caso do Carf, contratado escritórios de advocacia especializados em atuar dentro da instituição.

A empresa repassou R\$ 24,2 milhões a esses escritórios, que, segundo as investigações, fazem parte do esquema de repasse de propinas aos integrantes do Carf.

Durante os depoimentos,

Otto Alencar (PSD-BA) defendeu a prisão de ambos os depoentes. Em seu entender, eles incorreram em falso testemunho. No caso de Taveira, ele teria inicialmente negado ter contato com escritórios de advocacia. Mas, em seguida, admitiu que a esposa, ex-funcionária da Receita, havia abandonado a instituição e aberto um escritório de advocacia que atuou inclusive em processos dentro do Carf.

No caso de Lisboa, Otto ainda reitera que o depoente admitiu já haver prestado assessoria jurídica fiscal sem ter declarado alguns desses trabalhos para a Receita.

Reformulação

Vanessa afirma que um dos focos do relatório será a completa reformulação do Carf:

— Não é possível continuar como está, é impressionante a promiscuidade. Um grande número de conselheiros possui graus de parentesco ou tem parentes em escritórios de advocacia com processos ali.



Fotos: Edilson Rodrigues/Agência Senado

O presidente da CPI, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), lembra que o Carf possui em sua agenda o julgamento de processos que somam valores superiores a R\$ 600 bilhões. Por isso, a CPI faz na próxima semana uma audiência em que será discutida sua proposta de emenda à Constituição (PEC) que reformula o órgão.

Para Otto, os depoimentos tornaram “ainda mais evidente” que uma quadrilha teria se apossado do Carf. O senador partilha da visão de que a Ford, ao negar-se a entrar no esquema de propinas, foi punida, perdendo seu processo.

O senador defendeu a convocação de Eduardo Sirotsky, diretor do Grupo RBS (Rede Brasil Sul). A empresa, afiliada da Rede Globo na Região Sul, também está sendo investigada por um processo envolvendo mais de R\$ 1 bilhão.

— Estamos investigando pessoas muito poderosas e influentes. Tanto que quase nada do que investigamos aqui sai na grande mídia — disse.

Banco suíço diz não haver conta, afirma Romário

Romário (PSB-RJ) disse ter recebido do banco suíço BSI nota que confirma ser falso extrato publicado pela *Veja*. Pela reportagem, ele teria conta no banco com saldo de R\$ 7,5 milhões. O BSI diz ter solicitado apuração do Ministério Público de Genebra sobre o fato, que classifica como “grave delito penal”. Segundo Romário, o Ministério Público brasileiro informou não haver investigação sobre a suposta conta.

— Esse tipo de irresponsabilidade não pode passar em branco — disse o senador, que pedirá indenização por danos morais.

Benedito pede mudança na partilha do ISS

Benedito de Lira (PP-AL) defendeu a votação de projetos para fortalecer os municípios, que, segundo ele, estão em estado falimentar. Entre os projetos, está o que estabelece novas normas para a distribuição do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

— Se eu, que sou de Alagoas, fizer uma compra com cartão no Rio Grande do Sul, dos 5% cobrados de imposto, 2,5% ficam em Porto Alegre e 2,5% vão para São Paulo. Estamos mudando essa realidade. O Rio Grande do Sul recebe e o restante vai para a cidade onde vivo.

Viana lembra 113 anos da Revolução Acriana

Jorge Viana (PT-AC) registrou no Plenário os 113 anos da Revolução Acriana, liderada por Plácido de Castro, que conduziu um exército de seringueiros. O feito resultou na expulsão dos bolivianos da área e a inclusão do Acre no Brasil.

— A partir dali, no dia 6 de agosto, os revolucionários criaram uma nova identidade e consolidaram o Acre como parte do território brasileiro.

O senador lembrou que, naquela época, a borracha era o terceiro produto na pauta de exportações do país. Segundo Viana, a questão foi solucionada pela engenhosidade da diplomacia brasileira, sem o uso das armas.

Audiência no PI aponta problemas da terceirização

Na Assembleia Legislativa do Piauí, os trabalhadores presentes na audiência pública organizada ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado aprovaram a *Carta de Teresina*, contra o projeto de lei que amplia as possibilidades de terceirização no mercado de trabalho.

A audiência pública foi conduzida por Paulo Paim (PT-RS) e contou com a presença de dois senadores piauienses, Regina Sousa (PT) e Elmano Férrer (PTB), que também se declararam contrários ao PLC 30/2015, que prevê a terceirização de atividades-fim.

Paulo Paim foi enfático contra a terceirização:

— É o aluguel de pessoas. Esse projeto descaracteriza as relações de trabalho, acabando com as classes profissionais. Não teremos mais enfermeiros ou metalúrgicos, mas um número que atende



Paulo Paim (2º à esq.) conduz a audiência na Assembleia Legislativa do Piauí

a uma empresa que não tem qualquer identidade com aquele trabalhador. Reduz salários e ainda gera muito mais acidentes de trabalho, com uma enorme rotatividade do emprego.

Ele lembrou que, dos 50 mil trabalhadores resgatados da condição de trabalho escravo nos últimos anos pelos fiscais do Ministério do Trabalho, 40 mil eram terceirizados.

O senador já passou por 13 estados discutindo o projeto de terceirização e hoje estará no Maranhão, onde presidirá

uma audiência semelhante às 14h.

Para o coordenador do Fórum em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, Maximiliano Garcez, é importante o apoio de parlamentares como os do Piauí, que se declararam contrários ao PLC 30/2015.

— Aos demais, faço voto de que, votando contra os trabalhadores, nunca mais tenham votos — ironizou.

Segundo Regina Sousa, a terceirização exige reação dos

trabalhadores:

— Terceirização é um debate antigo e uma pauta conservadora que foi ressuscitada. Os trabalhadores precisam reagir. A comissão [CDH], ao percorrer o Brasil, ajuda os trabalhadores a reagir contra o desastre que é a terceirização. Cito exemplo. Antes era apenas uma. Agora são duas, três ou mais empresas que vão ganhar em cima do trabalhador. As pessoas precisam participar deste debate no Congresso Nacional.

Elmano Férrer defendeu a democracia no atual momento de crise política enfrentada pelo país:

— Nós estamos num momento delicado da história, que exige de nós reflexão. Já vivemos a ditadura e sabemos como foi duro aquele período contra os trabalhadores. Vivemos também estes 30 anos de democracia e vamos defendê-la.

Trabalho escravo pode impossibilitar crédito

Projeto que impede produtores condenados por trabalho escravo de obter subvenções econômicas, aprovado em comissão, tem novo turno de votação antes de ir à Câmara

PODERÁ SER VEDADO acesso a subvenções econômicas, como crédito subsidiado, a produtores e cooperativas rurais que mantiverem trabalhadores em situação análoga à de escravo após condenação judicial à qual não cabe mais recurso. A medida foi aprovada ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), mas ainda precisa passar por turno suplementar de votação antes de seguir para a Câmara dos Deputados.

A sanção para condenados por manter trabalho escravo está prevista no substitutivo de Dário Berger (PMDB-SC) ao PLS 540/2011, de autoria de Eduardo Amorim (PSC-SE). O texto original vedava acesso a crédito rural subsidiado a partir de autuação por fiscais do Ministério do Trabalho, motivada por constatação da

prática de trabalho escravo. No entanto, o relator modificou o projeto para determinar que a sanção seja aplicada somente após condenação do empregador em sentença penal transitada em julgado.

— Não posso me conformar e não é possível, na minha opinião, ficar submetido à decisão administrativa de apenas um fiscal. Isso fere amplamente o direito de defesa, o contraditório, e seria uma imposição extremamente radical — afirmou Dário.

Conforme o relator, a mudança sugerida no substitutivo mantém o rigor no combate ao trabalho escravo e assegura o direito de ampla defesa, com punição condicionada à comprovação do crime na esfera judicial.

A presidente da CRA, Ana Amélia (PP-RS), elogiou o



Ana Amélia, presidente da comissão, coordena reunião que aprovou substitutivo de Dário Berger (2º à dir.)

substitutivo de Dário Berger. A senadora foi relatora da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), mas considerou acertada a mudança prevista no substitutivo, alterando voto aprovado naquela comissão,

que mantinha a sanção após a autuação, mas antes da conclusão do processo judicial.

— Esta questão é muito sensível, às vezes há julgamento subjetivo do que é trabalho escravo e acaba você cometendo

uma injustiça por conta desta avaliação — disse Ana Amélia.

Também manifestaram apoio ao substitutivo Blairo Maggi (PR-MT), Waldemir Moka (PMDB-MS) e Ronaldo Caiado (DEM-GO).

Comissão aprova texto que beneficia produtor rural endividado

A renegociação de dívidas dos produtores rurais será facilitada se for transformado em lei o projeto de Ana Amélia (PP-RS) aprovado ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O texto agora vai para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O PLS 354/2014 estabelece regras para que agricultores que contraíram empréstimos e estejam inadimplentes possam negociar diretamente as dívidas com instituições financeiras do Sistema Nacional de

Crédito Rural, de forma ágil.

A senadora explica que muitos produtores rurais são levados a contrair novos empréstimos para quitar débitos anteriores, sendo frequente a necessidade de renegociação. Em muitos casos, conta, a falta de ambiente para entendimento leva à judicialização, atrasando a solução e prejudicando a produção de alimentos no país.

Ela disse acreditar que os problemas de endividamento dos produtores serão solucionados com mais agilidade e

menor custo se as instituições financeiras forem incentivadas a promover acordos.

O texto define regras para esses acordos, como o estabelecimento de prazos. Para a conclusão de um processo de renegociação, prevê até 180 dias, com a possibilidade de prorrogação por igual período, “mediante comprovada justificativa”.

Determina ainda que, após receber do agricultor o pedido de negociação da dívida, o banco terá até 60 dias para

responder. O banco poderá pedir perícias técnicas e sugerir mudanças na proposta caso o agricultor seja devedor de outros empréstimos rurais. Se aprovada, a proposta terá força de título extrajudicial.

Caso a proposta seja indeferida, o agricultor poderá recorrer em até 15 dias. Nesse caso, as instâncias de análise devem emitir relatório final em até 60 dias. Sanados os vícios ou omissões apontados no relatório final, a proposta poderá ser reapresentada.

Em voto favorável, o relator, Blairo Maggi (PR-MT), lembra que o financiamento do setor produtivo rural tem peculiaridades devido ao alto risco da atividade, afetada pelo clima, pelas pragas e pela volatilidade dos mercados.

— Eventuais renegociações de dívidas rurais são inevitáveis, mas o excesso de burocracia quase sempre leva à necessidade de edição de leis, o que torna o processo de renegociação moroso, prejudicando o setor produtivo.

Avança desoneração do cultivo de árvores florestais

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou o PLS 214/2015, que exclui a silvicultura (cultivo de árvores florestais) da lista de práticas poluidoras e prejudiciais ao meio ambiente, isentando a atividade da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental. A proposta agora vai para Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A taxa, cobrada de todas as atividades consideradas potencialmente poluidoras e que utilizam recursos naturais, é usada para custear ações de fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Para o autor do projeto, Alvaro Dias (PSDB-PR), a silvicultura não se enquadra entre tais atividades, devendo ser retirada da lista e ficar isenta do recolhimento da taxa.

Em voto favorável, o relator, Waldemir Moka (PMDB-MS), argumenta que o plantio florestal é benéfico para o meio



Waldemir Moka, relator do projeto que isenta silvicultura de taxa ambiental

ambiente, sendo relevante para a proteção de mananciais e para diminuir a pressão sobre matas nativas. Ele considera um equívoco equiparar a silvicultura a atividades poluidoras e demandantes de recursos naturais, submetendo a atividade às tributações do licenciamento ambiental.

O relator lembra que o plantio comercial de árvores contribui para a redução de gases de efeito estufa e para sistemas de produção que protegem o solo, como os que integram lavoura, pecuária e

floresta. Moka afirma ainda que as empresas ligadas à silvicultura seguem a legislação, atendendo a critérios de certificação e práticas que promovem a recuperação de áreas degradadas e formação de corredores ecológicos.

— Esse projeto faz justiça à silvicultura — frisou.

Moka lembrou que o plantio de florestas será tema de uma audiência pública conjunta com a CMA. O debate será realizado no dia 27, conforme informou a presidente da CRA, Ana Amélia (PP-RS).

Projeto incentiva empreendedorismo para evitar êxodo rural de jovens

Para estimular o empreendedorismo de jovens que vivem e trabalham no meio rural, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou o PLS 104/2015, de José Agripino (DEM-RN), que institui uma política de incentivos a esse público.

A falta de apoio do poder público, argumenta o autor, contribui para o aumento do êxodo de jovens do campo, obrigados a buscar nas cidades alternativas de trabalho. O senador quer estimular o espírito empreendedor entre os filhos de agricultores e apoiar iniciativas que lhes deem viabilidade econômica para permanecer no meio rural.

As ações da Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo deverão envolver os governos federal, estaduais e municipais em atividades voltadas à educação em-

preendedor, à capacitação técnica, à oferta de crédito e à difusão de novas tecnologias.

Conforme a proposta, as atividades de capacitação devem ser voltadas a conhecimentos práticos para produção, comercialização e gestão econômica. Deverão ser criadas linhas de crédito específicas para valorizar atividades que os jovens já tenham iniciado e incentivar novos empreendimentos.

Em voto favorável, o relator, Waldemir Moka (PMDB-MS), ressaltou a importância de uma melhor formação profissional dos jovens no campo:

— A elevação da produção agropecuária só se tornará contínua com políticas de capacitação e de estímulos ao empreendedorismo voltados às novas gerações.

O projeto será submetido às Comissões de Educação (CE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Debate aponta limites da Lei Maria da Penha para proteger as crianças

Especialistas discutiram os instrumentos da legislação em evento promovido pelas Procuradorias da Mulher do Senado e da Câmara

CONVIDADAS A DEBATER no Senado a Lei Maria da Penha e as consequências da violência na primeira infância, especialistas reconheceram ontem que a norma foi essencial para conscientizar a sociedade sobre a violência doméstica. Mas admitiram que os instrumentos da lei, perto de completar dez anos, ainda são limitados para evitar abusos contra mulheres e, mais ainda, contra crianças.

A audiência foi um evento do Projeto Pauta Feminina, iniciativa das Procuradorias da Mulher do Senado e da Câmara, com as bancadas femininas das duas Casas. Na direção dos trabalhos, atuaram a senadora Ana Amélia (PP-RS) e a deputada Flávia Morais (PDT-GO).

A advogada Fabiana Gadelha, consultora da Ação da Mulher Trabalhista, disse que os tribunais superiores já adotam o entendimento de que a lei se aplica à unidade familiar. Na prática, porém, os juízes tendem a adotar entendimento mais restritivo de que as vítimas sejam mulheres adultas e adolescentes mulheres, maiores de 12 anos.

— Quando a vítima é a menina, nem sempre vamos conseguir uma adequada proteção jurídica e, quando é menino, vai depender do juiz daquele lugar, do gestor público, delegado ou do promotor, pois não há uma lei que veja essa proteção de modo transversal, de modo irrestrito.

A Lei Maria da Penha prevê, entre outras medidas, o afastamento dos agressores da casa, além da atuação de equipes de atendimento multidisciplinar. Para fortalecer a atenção, estão sendo criados centros de atendimento que reúnem diferentes serviços, inclusive para acolhimento à mulher e aos filhos.

Por entender que esse sistema de proteção é mais efetivo, Fabiana sugeriu que seja igualmente garantido a



Deputada Flávia Morais (C) dirige debate com Rosana Barros, Lurdes Magalhães, Fabiana Gadelha e Maria da Penha Oliveira

Senadores farão homenagem à Marcha das Margaridas

O Senado promoverá na quarta-feira sessão especial no Plenário para homenagear a Marcha das Margaridas, que ocorrerá em Brasília na terça e na quarta.

Primeira signatária do requerimento da homenagem, Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) explicou que a marcha faz parte da agenda do Movimento Sindical de

Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, de movimentos feministas e de mulheres, que buscam erradicar todas as formas de discriminação e violência de gênero.

Segundo Vanessa, o objetivo da sessão é chamar a atenção para as reivindicações do movimento.

— Em época em que há grande apelo por mais participação das mulheres na política e cobrança de maior participação das mulheres em movimentos sociais, órgãos estatais e todos os âmbitos governamentais, faz-se importante uma sessão especial nesta Casa para homenagear um movimento social que ganha corpo a cada ano nas discussões de gênero postas neste país.

todas as crianças — que têm seus direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) — o acolhimento em abrigo ou família substituto como medida provisória e excepcional em casos de violência.

Para ela, um bom caminho é deixar de lado a ideia de criar estruturas de atendimento por “faixa etária”, mas adotar modelo de serviços para atender a família por inteiro.

Ciclo de violência

A defensora pública Rosana Leite Antunes de Barros, que preside o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Mato Grosso, disse que as crianças são duplamente vitimadas, como alvo ou testemunha de violência.

A defensora afirmou que

pelo menos 70% dos que cometem delitos presenciaram ou foram vítimas de violência doméstica. Por isso, conforme crê, a maioria “desconta na sociedade o que passou na infância”.

— Temos que ter um olhar para políticas públicas que possam cortar esse ciclo.

Segundo a pedagoga Maria de Lurdes Magalhães, do Ministério da Saúde, as evidências mostram que a exposição às experiências pessoais e ambientais ficam incorporadas biologicamente desde muito cedo na criança.

— As possíveis consequências das grandes adversidades e do estresse crônico na primeira infância vão além dos domínios do desenvolvimento socioemocional e cognitivo. Elas também têm

implicações importantes para as doenças crônicas na fase adulta — alertou.

Maria da Penha Oliveira e Silva, coordenadora da organização Aconchego, que atua na capacitação de pretendentes a adoção, registrou dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que dão conta da existência de 46 mil crianças vivendo em 3.784 instituições de acolhimento.

Ela citou ainda estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de 2003, sobre motivos que levavam ao internamento de crianças em abrigos no país. Segundo os dados, a principal causa era a carência de recursos da família (24,1%), abandono pelos pais ou responsáveis (18,8%) e, em terceiro lugar, a violência doméstica (11,6%).

Para Bezerra, Obama acerta ao mudar visão ambiental dos EUA

Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)



saudou a decisão do presidente dos EUA, Barack Obama, de fazer uma “verdadeira virada” na posição de seu país na questão ambiental. O senador explicou que Obama vem desafiando a sociedade e as corporações empresariais americanas a compartilhar o empenho governamental em reduzir as emissões de carbono.

Regina diz que avanços no Piauí contrariam notícias pessimistas

Regina Sousa (PT-PI) destacou os avanços verificados por ela em vários setores durante visita ao Piauí em julho.

Segundo a senadora, o estado é referência na educação pública e está conquistando espaço em saúde, agricultura e geração de empregos, contrariando as notícias “pessimistas e catastróficas” sobre a crise no Brasil.

— Tem crise, sim, mas ela é multiplicada pelos noticiários, pelos discursos de quem quer antecipar a sucessão, que só acontece em 2018 — apontou Regina.

Rio Grande do Sul vive sua pior crise financeira, avalia Lasier

Lasier Martins (PDT-RS) afirmou que o Rio Grande do Sul vive a pior crise da história.



O senador disse que o governo José Ivo Sartori está com dificuldades para reerguer o estado porque não pode mais fazer empréstimos, uma vez que já atingiu o limite de endividamento. Também não tem mais recursos de depósitos judiciais e há uma queda contínua na arrecadação.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burtle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Plenário confirma cinco acordos internacionais

Entendimentos firmados pelo Brasil com a Sérvia, a Polônia, o Suriname, o Uruguai e a Unasul também passaram pela Câmara dos Deputados e agora serão promulgados

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem cinco acordos assinados pelo Brasil com nações estrangeiras. Eles haviam recebido pareceres favoráveis da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) pela manhã.

O primeiro, que teve Jorge Viana (PT-AC) como relator, foi celebrado com a Sérvia, em Belgrado, em 29 de novembro de 2010, para cooperação na área de defesa. Abrange pesquisa e desenvolvimento; apoio logístico; aquisição de produtos e serviços de defesa; troca de informações e experiências em temas de segurança e operação de equipamento militar; realização de exercícios conjuntos; e treinamento e instrução militar.

O segundo acordo foi assinado com a União das Nações Sul-Americanas (Unasul) em Assunção, Paraguai, em 29 de abril de 2012. O texto fixa no Rio de Janeiro a sede do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (Isags).

Relatório de Ronaldo Caiado (DEM-GO), lido por Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), informa que a escolha do Brasil deve-se à capacidade científica do país no combate às doenças tropicais.

O entendimento trata de questões como isenção tribu-



Viana preside a sessão em que foram aprovados os acordos em áreas como defesa, saúde, educação e telecomunicações

tária sobre equipamentos do Isags, inviolabilidade da sede e dos arquivos e prerrogativas dos funcionários e diretores da instituição.

Foi aprovado também acordo com a Polônia sobre o exercício de trabalho remunerado por membros da família que permanecem sob sustento de pessoal da missão diplomática ou da repartição consular. Assinado em Brasília, em 26 de novembro de 2012, é similar a outros celebrados com mais de 60 países.

Como explicou o relator,

Eduardo Amorim (PSC-SE), poderão se beneficiar os seguintes dependentes do pessoal diplomático: cônjuge, filho de até 21 anos, filho de até 25 anos que seja estudante em instituição de ensino superior.

Suriname

O Plenário acolheu ainda acordo do Brasil com o Suriname na área de educação. O parecer de Romero Jucá (PMDB-RR) foi lido na CRE por Cristovam Buarque (PDT-DF). De acordo com o texto, assinado em Brasília em 26 de

abril de 2010, os países deverão encorajar a cooperação em educação e desenvolvimento científico para fortalecer a formação e o aperfeiçoamento de docentes pesquisadores. Também se pretende estimular o intercâmbio de informações e a cooperação entre equipes de pesquisa.

Poderá haver intercâmbio de professores, pesquisadores, técnicos e especialistas para a realização de cursos de graduação ou pós-graduação.

Estão previstos ainda intercâmbios de missões de ensino

e pesquisa e de professores e pesquisadores.

Uruguai

O quinto acordo aprova o plano de ação conjunta do Brasil com o Uruguai para fazer avançar a cooperação bilateral na área de massificação do acesso à internet em banda larga e telecomunicações em geral. Foi assinado em Montevideu, em 30 de maio de 2011. O relatório favorável, elaborado por Valdir Raupp (PMDB-RO), foi lido na CRE por Lasier Martins (PDT-RS).

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores, esse instrumento deverá contribuir para ampliar a disponibilidade dos serviços de internet e melhorar a qualidade da conexão.

Um dos problemas apontados como fator de encaucamento da conexão na América do Sul é a ausência de pontos de interconexão entre a maioria dos países da região. Por isso, o plano de ação trata de iniciativas para interconexão das infraestruturas de comunicação dos dois países a fim de reduzir os custos de transmissão de dados.

Todos os projetos de decretos legislativos referentes a esses acordos, já aprovados pela Câmara dos Deputados, serão agora promulgados.

Comissão aprova nomes para embaixadas no Senegal e na Suíça

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem a indicação de dois embaixadores: Flávio Hugo Lima Rocha Júnior, para o Senegal e a Gâmbia; e José Borges dos Santos Júnior, para a Suíça e Liechtenstein. Ambos receberam 13 votos a favor e nenhum contrário e as indicações ainda vão ser analisadas em Plenário.

O crescente aumento dos imigrantes senegaleses no Brasil foi um dos pontos abordados pelos senadores na sabatina. Lasier Martins (PDT-RS) informou que é grande a presença deles em algumas cidades do Rio Grande do Sul e Jorge Viana (PT-AC), por sua vez, lembrou que passaram pelo Acre, desde 2013, 3.666 pessoas vindas do Senegal.

O embaixador Flávio Hugo afirmou que o governo do país africano não tem controle do fluxo de seus habitantes. Além disso, ao longo dos anos, essa espécie de “diáspora” foi até incentivada, já que a remessa de recursos enviados de volta pelos emigrantes é importante para as contas nacionais.

— Eles não vêm só para o Brasil; vão para a Europa, via Mediterrâneo, também. O

governo não sabe quem são e quantos são. Todos partem por conta do desemprego e da pobreza — afirmou.

Cristovam Buarque (PDT-DF) lembrou que, em outros tempos, os senegaleses não queriam vir para o Brasil. Vieram forçados, em navios negreiros, vítimas da escravidão:

— Agora eles querem vir e a gente não os quer? Os italianos vieram para o Rio Grande do Sul por causa da fome. A mesma razão que traz os senegaleses. Recebemos os europeus de braços abertos e por que na hora dos africanos nos arrepiamos? — indagou.

Para o senador, em vez de se preocupar somente em barrar a imigração, o Brasil e outros países deveriam pensar formas de fazer desnecessária a emigração nos países mais pobres.

— No pós-2ª Guerra, a Europa só não migrou mais para os Estados Unidos porque os americanos tiveram a inteligência de fazer um Plano Marshal, que ajudou os europeus a se recuperarem. Por que a Europa não pensa nisso hoje em relação à África? — indagou.

Indicado à Suíça, o embaixador José Borges dos Santos Júnior tratou mais de questões comerciais. Paulo Bauer (PSDB-SC) lembrou que o país europeu já investiu mais no Brasil no passado e defendeu maior aproximação econômica entre as duas nações.

— A Suíça já foi o quinto maior investidor no Brasil. A partir da privatização dos anos 1990, outros países chegaram e ela caiu para o décimo lugar. — disse Bauer, que preside o Grupo Parlamentar Brasil-Suíça.

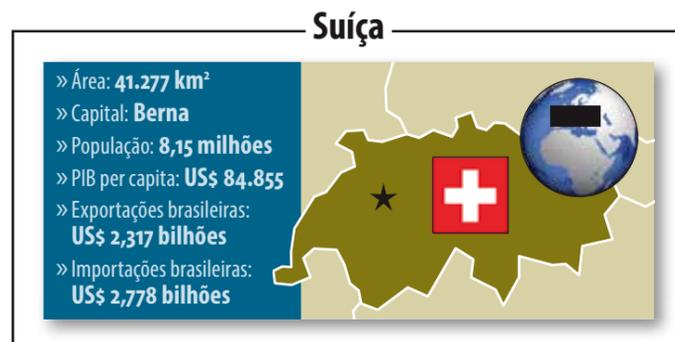


Aloysio Nunes (C) preside sabatina de Flávio Hugo Rocha Júnior e José Borges

O embaixador informou que a prioridade dele, se aprovado, será aumentar o apoio das exportações nacionais para equilibrar a balança comercial, cujo déficit para os brasileiros em 2013 foi de US\$ 570 milhões. Também disse que a Suíça tem colaborado na recuperação de ativos ilegais mantidos por

brasileiros na Suíça.

— Os dois países acabam de concluir uma negociação que permitirá a troca automática de informações sobre corruptistas. Até aqui os acordos de cooperação envolviam apenas casos criminais como corrupção, fraude e lavagem de dinheiro.



Fonte: CIA World Factbook e brasilexport.gov.br



A professora Marcia Tiburi fala na audiência sobre a legalização do aborto, ao lado de Debora Diniz, Heloisa Helena, Sonia Corrêa, João Capiberibe e Paulo Ricardo

Entidade diz que legalização do aborto comprometerá contas da Previdência

Discussão sobre interrupção da gravidez dividiu opiniões. Defensores afirmaram que mulher tem direito de decidir sobre o próprio corpo

MAIS UMA AUDIÊNCIA sobre a legalização do aborto até a 12ª semana de gravidez dividiu as opiniões da plateia e da mesa de debatedores ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Os que são contrários apontam uma manipulação de entidades estrangeiras pela redução populacional, minimizam o número de mulheres mortas em decorrência de abortos inseguros e apontam futuros prejuízos previdenciários caso o aborto seja legalizado.

Os defensores, por sua vez, citam o direito de as mulheres decidirem sobre o próprio corpo e serem acolhidas pelo sistema de saúde e argumentam que é preciso regularizar uma prática corriqueira que segue clandestina há anos.

Houve torcida pró e contra, com faixas e palavras de ordem. O deputado Marco Feliciano (PSC-SP) considerou constrangedor alguém defender o aborto e o colega Jean Wyllys (PSOL-RJ) acusou a sociedade masculina de tutelar e legislar sobre o corpo das mulheres.

O padre Paulo Ricardo de-

nunciou instituições, como a Fundação Ford, que estariam manipulando estudiosos brasileiros como forma de impor ao país uma diminuição do ritmo de crescimento populacional. Segundo o padre, documentos da própria Ford dizem, com clareza, que a preocupação com o crescimento populacional fez a entidade investir na liberação do aborto no Hemisfério Norte nas décadas de 50 e 60.

Mas agora, de acordo com o religioso, essas instituições concluíram que não se deve investir na questão médica, mas sim na sociológica, para mudar o comportamento dos cidadãos, de forma a empreender uma verdadeira “engenharia social”.

— Basta ler os relatórios das fundações internacionais. Não estou citando catecismo, Bíblia. Estou citando documentos públicos e notórios. E não me venham com esse nhem-nhem de Estado laico porque isso é maracutaia — disse.

Para Viviane Petinelli, do Instituto de Políticas Governamentais do Brasil, o aborto não

trará impactos positivos para a sociedade, pois levará a mais gastos do sistema de saúde. Além disso, as mulheres que hoje abortam, as jovens, serão as maiores prejudicadas, já que haverá uma redução da taxa de natalidade e uma consequente diminuição da força de trabalho ativa que sustentará a Previdência Social no futuro, quando chegar a hora de elas usufruírem os benefícios.

— O que deve ser trabalhado é a gravidez indesejada, que é a causa, e não o aborto, que é a consequência — frisou.

Estatísticas

A vereadora e ex-senadora Heloisa Helena (PSOL-AL) citou dados do DataSUS e disse que os números de mortes decorrentes de abortos estão sendo inflados por “malabarismos técnicos com estatísticas”.

Segundo afirmou, os últimos dados do Ministério da Saúde indicam que, em um ano, morreram de causas definidas 470.835 mil mulheres no país. Destas, 1.610, menos de 0,3%, morreram em decorrência de problemas relacionados

a gestação, parto, puerpério e complicações na gravidez. Quanto a mortes de grávidas que abortaram, foram elencados 135 casos, 0,03% dos óbitos femininos no Brasil.

O cineasta David Kyle, diretor do filme *Blood Money*, afirmou não existir aborto seguro, que os abortos geram consequências terríveis para as mulheres, como depressão e suicídio, e que o Estado e a sociedade devem proteger quem não pode se defender, os nascituros. Ele disse ainda que a indústria de aborto nos EUA movimentava cifras milionárias, tanto com a prática do aborto quanto com a venda de órgãos humanos.

A audiência de ontem foi requerida por Paulo Paim (PT-RS), presidente da comissão, e Magno Malta (PP-ES), relator da SUG 15/2014 — sugestão com mais de 20 mil assinaturas apresentada pela população que permite a realização do aborto no primeiro trimestre no Sistema Único de Saúde (SUS). O debate foi presidido por João Capiberibe (PSB-AP) e terá continuação com outros debatedores nos próximos dias.

20% das brasileiras de 18 a 39 anos já abortaram

Na audiência sobre a interrupção da gravidez, Debora Diniz, professora da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisadora do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero da instituição, mencionou uma pesquisa coordenada por ela que apontou que uma em cada cinco brasileiras fez ao menos um aborto até os 40 anos.

— Não sabemos quantas mulheres abortam no país, mas 7,4 milhões entre 18 e 39 anos já abortaram.

Conforme Debora, pela legislação penal, todas essas mulheres poderiam estar na prisão, já que o aborto de fetos que não sejam anencéfalos, não trazem risco à vida da mãe

nem sejam fruto de estupro é considerado crime. A lei precisa de alterações, defendeu, pois hoje a prática está envolta na clandestinidade, que faz a situação se tornar caótica.

A pesquisa revelou que 50% das mulheres que tomam remédios e “garrafadas” para induzir o aborto em casa o finalizam no sistema público de saúde.

— Falar de aborto é falar da necessidade de mulheres comuns. Não de grupos de risco — afirmou.

Sonia Corrêa, representante da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids, apontou a ineficiência da punição para impedir o aborto. Por isso, disse, tem se mostrado “inútil,

ineficiente e ineficaz” tanto para conter a violência quanto para impedir os abortos. Ela defendeu o debate com respeito aos princípios da laicidade e da distinção entre a esfera religiosa e a política acerca do tema.

Tatiana Lionço, psicóloga e integrante do Movimento Estratégico pelo Estado Laico, defendeu o direito ao ativismo político das mulheres e das minorias, que, disse, não podem ser vítimas de desqualificação moral e criminalização por defender a legalização do aborto. Para ela, a legalização não vai cercear o direito de quem deseja nunca abortar, e precisa, sim, ser discutida, ainda que seja pauta de uma minoria. Ela também apontou a forma

“imoral, abusiva e nociva” com que alguns deputados conservadores têm tratado as ativistas feministas, insinuando até mesmo que elas cometem crime de “apologia ao aborto”.

Marcia Tiburi, professora da Universidade Mackenzie, apontou a existência de um “círculo cínico da estrutura social machista” envolvendo a questão do aborto, com a utilização de falácias como o apelo ao amor de mãe, ao valor da vida e à religião. Para ela, existe um acordo de fingimento, em que uns fingem não abortar enquanto outros falam contra o aborto. Mulheres de todas as idades e credos fazem aborto, mas não revelam, destacou.

Vanessa defende cota para mulheres no Poder Legislativo

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu ontem, em Plenário, a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 98/2015, que reserva um percentual mínimo de cadeiras para cada gênero nos Legislativos municipais, estaduais e federal. De acordo com a senadora, a cota criada em 1995 pela Lei 9.100/1995 não foi suficiente para garantir maior participação feminina na política.

— Na quarta-feira, conforme acordo feito com a Presidência da Casa e com todas as lideranças partidárias, com todas as bancadas partidárias, deveremos votar essa proposta de emenda constitucional em Plenário, em primeiro turno.

Marta homenageia memória da médica Nise da Silveira

Marta Suplicy (sem partido-SP) fez homenagem à memória da psiquiatra Nise da Silveira (1905-



Gerardo Magela/Agência Senado

1999), pioneira do tratamento humanizado da doença mental e do movimento antimanicomial no Brasil.

Em discurso, a senadora pediu a aprovação do PRS 4/2015, de Sérgio Petecão (PSD-AC), que cria a Medalha Nise Magalhães da Silveira, prêmio destinado a profissionais que se destaquem no tratamento humanizado na área.

— [Nise] tinha compreensão do mundo mental e trouxe a humanização como ponto-chave para o tratamento.

Fátima destaca novos cursos de medicina no interior do RN

Fátima Bezerra (PT-RN) destacou o compromisso do Ministério da Educação com a implantação do curso de medicina em Mossoró (RN), via Universidade Federal do Semiárido, e de um campus de ciências da saúde em Açu (RN).

— As duas medidas vão reacender a esperança de muitos jovens, que têm o sonho de fazer um curso superior na área de saúde, sobretudo em medicina — disse a senadora.

Ela disse que as iniciativas vão melhorar a assistência à saúde pública nas regiões potiguares do Seridó e do Trairi.



Jefferson Rudy/Agência Senado